



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE  
FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO**

**PARECER CONDEL/SUDECO  
1º SEMESTRE DE 2016**

PARECER CONDEL/SUDECO N° 12/2016

DATA: 03.11.2016

## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1 Apresentação

### 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

#### 2.1 Recursos previstos para o exercício

#### 2.2 Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

#### 2.3 Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

#### 2.4 Orçamentos previsto e realizado

#### 2.5 Repasses do Tesouro Nacional

#### 2.6 Resultado operacional

#### 2.7 Disponibilidades ao final do Exercício anterior

#### 2.8 Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores

### 3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

#### 3.1 Contratações por Tipologia dos Municípios e por UF

#### 3.2 Contratações por Áreas Prioritárias

##### 3.2.1 Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta de 72 municípios, sendo 28 no Estado de Mato Grosso e 44 no Estado de Mato Grosso do Sul

##### 3.2.2 Mesorregião de Águas Emendadas

##### 3.2.3 Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF)

#### 3.3 Contratações por Programas de Financiamento

##### 3.3.1 Contratações no DF

##### 3.3.2 Contratações no Estado de GO

##### 3.3.3 Contratações no Estado de MS

##### 3.3.4 Contratações no Estado de MT

#### 3.4 Contratações por Setor Assistido

#### 3.5 Contratações por Porte de Mutuário

##### 3.5.1 Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

##### 3.5.2 Contratações com médios e grandes tomadores

#### 3.6 Pronaf Operacionalizado

#### 3.7 Contratações por Faixa de Valores

#### 3.8 Ticket Médio das Contratações

#### 3.9 Aplicações realizadas por outras Instituições Financeiras

3.10. Beneficiários de Primeira Contratação

4. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

4.1. Indicadores de Desempenho

4.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

5. GESTÃO DO FUNDO

5.1. Formação de Alianças Institucionais

5.2. Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento

5.3 Auditoria Externa

6. PNDR

6.1. Impactos para o Desenvolvimento Regional

7. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

8. PLANO DE PROVIDÊNCIAS

9. PARECER

## 1. INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e provenientes de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2016.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

O Ministério da Integração Nacional (MI), por sua vez, é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

## 1.1 Apresentação

O presente Parecer resulta do trabalho realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos no 1º Semestre de 2016, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º Semestre de 2016, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza

operacional e financeira.

Observação: em função da apresentação dos quadros do Parecer com valores em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

## 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

### 2.1. Recursos previstos para o exercício

De acordo com a Programação do FCO para 2016, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2016 é de R\$ 5.795,8 milhões, conforme a seguir:

**Quadro 1: Recursos previstos para o exercício de 2016**

Origem	R\$ Milhões
Valor	
Repasses do Tesouro Nacional (1)	1.708,10
Retornos de financiamentos (2)	3.886,40
Resultado operacional (3)	36,9
Disponibilidades ao final do exercício anterior (4)	582,2
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (5)	-417,8
<b>Total</b>	<b>5.795,80</b>

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1º Edição – atualizada em 29.03.2016

(1) previsão de repasses do Tesouro Nacional correspondente à projeção da STN;

(2) previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações);

(3) previsão de receitas e despesas do Fundo;

(4) disponibilidades apuradas em 31.12.2015;

(5) parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

### 2.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2016, a Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso IV, alínea “c”, item 1).

Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 3º).

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2016, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados os percentuais definidos pelas próprias UF para os setores empresarial e rural:

Quadro 2: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		R\$ Mil
	Valor	% em relação à UF	Região						
Empresarial % em relação ao total	880.967	80,00%	840.396	50,00%	666.521	50,00%	840.396	50,00%	2.841.657
Rural % em relação ao total	220.242	20,00%	840.396	50,00%	666.521	50,00%	840.396	50,00%	3.185.686
Total % em relação ao total	1.101.208	100,00%	1.680.792	100,00%	1.333.042	100,00%	1.680.792	100,00%	5.795.834
									100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1º Edição – atualizada em 29.03.2016

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

### 2.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2016 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Quadro 3: Recursos Previstos por Programa/Linha, Setor e Porte

Programa/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil	%
<b>Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (*)</b>							
FCO Empresarial	449.293	428.602	339.926	428.602	1.646.423	28,41	
Industrial	53.698	147.182	146.168	107.150	454.199		
Infraestrutura	53.698	33.560	21.755	35.703	144.716		
Turismo	53.698	33.560	32.633	71.448	191.339		
Comércio e Serviços	288.198	214.301	139.370	214.301	856.169		
FCO Rural	112.323	428.602	339.926	428.602	1.309.453	22,59	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.121	257.161	133.319	393.757	894.357		
Demais Rurais	2.202	171.441	206.607	34.845	415.095		
<b>Subtotal</b>	<b>561.616</b>	<b>857.204</b>	<b>679.851</b>	<b>857.204</b>	<b>2.955.875</b>	<b>51,00</b>	
<b>Médios e Grandes Tomadores</b>							
FCO Empresarial	431.674	411.794	326.595	411.794	1.581.857	27,29	
Industrial	51.593	132.556	151.867	120.120	456.136		
Infraestrutura	51.593	36.691	22.862	34.302	145.448		
Turismo	51.593	36.650	24.495	51.474	164.211		
Comércio e Serviços	276.896	205.897	127.372	205.897	816.062		
FCO Rural	107.918	411.794	326.595	411.794	1.258.102	21,71	
<b>Subtotal</b>	<b>539.592</b>	<b>823.588</b>	<b>653.191</b>	<b>823.588</b>	<b>2.839.959</b>	<b>49,00</b>	
<b>Resumo Geral</b>							
FCO Empresarial	880.967	840.396	666.521	840.396	3.228.280	55,7	
Industrial	105.291	279.738	298.035	227.271	910.335		
Infraestrutura	105.291	70.250	44.617	70.005	290.163		
Turismo	105.291	70.209	57.128	122.922	355.550		
Comércio e Serviços	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231		
FCO Rural	220.242	840.396	666.521	840.396	2.567.555	44,3	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.121	257.161	133.319	393.757	894.357		
Demais Rurais	110.121	583.235	533.202	446.639	1.673.197		
<b>Total</b>	<b>1.101.208</b>	<b>1.680.792</b>	<b>1.333.042</b>	<b>1.680.792</b>	<b>5.795.834</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1º Edição – atualizada em 29.03.2016 e Relatório Circunstanciado do BB

### 2.4. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2016 (R\$ 3.717,6 milhões) representou 64,1% do previsto (R\$ 5.795,8 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 4: Orçamento - Previsto X Realizado

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	R\$ Milhões % (b/a)
Repasses do Tesouro Nacional	1.708.138	1.156.763	67,7
Retorno de Financiamentos	3.886.418	2.720.975	70
Resultado Operacional	36.927	-335.548	-908,7
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	582.164	486.677	83,6
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	-417.813	-311.248	74,5
<b>Total</b>	<b>5.795.834</b>	<b>3.717.619</b>	<b>64,1</b>

Fonte: Programação do FCO para 2016 e Relatório Circunstaciado do BB

## 2.5. Repasses do Tesouro Nacional

Os repasses do Tesouro Nacional até o final do 1º semestre de 2016 totalizaram R\$ 1.156,8 milhões, montante correspondente a 67,7% do previsto para o exercício (R\$ 1.708,1).

## 2.6. Resultado operacional

O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, totalizou R\$ 335,4 milhões negativos.

Consoante informação no Relatório Circunstaciado do BB, a variação no Resultado Operacional decorre da metodologia utilizada historicamente para apuração do valor realizado, a qual não está plenamente compatível com a forma prevista na Portaria MI nº 201, de 28.08.2015. Esse ponto foi objeto de recomendação da CGU e será ajustado na reprogramação orçamentária ainda no exercício de 2016.

## 2.7. Disponibilidades ao final do Exercício anterior

O valor das disponibilidades ao final do exercício anterior (R\$ 582,2 milhões) apresentou diferença de 16,4% em relação ao realizado no 1º semestre de 2016 (R\$ 486,7).

## 2.8. Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores

O valor dos recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores foi de R\$ 311,2 milhões negativos, 25,5% menor que o previsto.

# 3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

No que se refere à distribuição dos financiamentos, consoante os dados do Caderno de Informações Gerenciais de junho/2016, os R\$ 1.642,8 milhões aplicados no 1º semestre de 2016 beneficiaram 441 dos 467 municípios da Região (94,4% dos municípios).

## 3.1. Contratações por Tipologia dos Municípios e por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2016 (R\$ 1.642,8 milhões), R\$ 88,8 milhões (5,4%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 643,5 milhões (39,2%) o Estado de Goiás; R\$ 343,3 milhões (20,9%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 567,2 milhões (34,5%) o Estado de Mato Grosso, conforme quadro abaixo.

Quadro 5: Contratações por Tipologia da PNDR e UF

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total		(R\$ mil)
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Alta Renda	82	20.567	2.296	310.765	532	85.933	315	123.036	3.225	540.300	
Dinâmica	-	-	1.432	142.059	704	56.825	1.986	256.378	4.122	455.262	
Estagnada	393	68.273	2.030	190.663	1.476	200.529	1.406	187.779	5.305	647.245	
<b>Total</b>	<b>475</b>	<b>88.840</b>	<b>5.758</b>	<b>643.486</b>	<b>2.712</b>	<b>343.287</b>	<b>3.707</b>	<b>567.193</b>	<b>12.652</b>	<b>1.642.807</b>	

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Dos R\$ 1.642,8 milhões, foram financiados R\$ 540,3 milhões (32,9%) nos municípios de Alta Renda, representando 3.225 operações (25,5%); R\$455,3 milhões (27,7%) nos municípios de economia dinâmica, representando 4.122 operações (32,6%); e R\$647,2 milhões (39,4%) nos municípios de economia estagnada, representando 5.305 operações (41,9%).

Os municípios prioritários integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica foram responsáveis pela contratação de 9.427 operações de crédito (74,5% do total contratado) e de R\$ 1.102,5 milhões em recursos financiados (67,1% do total financiado), o que corresponde a 33,4% dos recursos previstos nesses espaços na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 3.303,6 milhões).

Cumpre registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE. Assim, das 475 operações formalizadas com recursos do DF, 82 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 393 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

### 3.2. Contratações por Áreas Prioritárias

De acordo com a Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016, os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FCO:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

#### 3.2.1. Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta de 72 municípios, sendo 28 no Estado de Mato Grosso e 44 no Estado de Mato Grosso do Sul.

As contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 336,3 milhões no 1º semestre de 2016, o que representa 29,9% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço no exercício de 2016 (R\$ 1.124,4 milhões).

### 3.2.2. Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 77 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas foram formalizadas, no 1º semestre de 2016, operações no montante de R\$ 212,0 milhões, o que representa 43,0% do previsto para o exercício de 2016 nesse espaço (R\$ 492,6 milhões).

### 3.2.3. Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF)

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 393 operações no montante de R\$ 68,3 milhões nos municípios goianos integrantes da Ride, o que representa 40,6% do montante previsto na Programação do FCO para o período (R\$ 168,1 milhões).

## 3.3. Contratações por Programas de Financiamento

**Quadro 6: Contratações por Programa de Financiamento e UF**

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
	Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	(R\$ mil)
Empresarial		72	20.695	97	37.141	75	16.212	116	42.022	360 116.069
Industrial		5	1.432	17	10.032	5	1.154	10	2.709	37 15.327
Infraestrutura		0	0	6	1.647	0	0	2	19.836	8 21.483
Turismo		1	189	5	5.043	3	518	11	1.593	20 7.343
Comércio e Serviços		66	19.074	69	20.419	67	14.540	93	17.883	295 71.916
Rural		403	68.145	5.661	606.346	2.637	327.075	3.591	525.172	12.292 1.526.738
Pronaf Demais		165	6.592	2.738	146.018	1.170	43.182	2.614	190.264	6.687 386.055
Pronaf-RA		15	353	116	2.461	150	2.895	48	1.192	329 6.901
Demais Rurais		223	61.200	2.807	457.866	1.317	280.999	929	333.716	5.276 1.133.782
<b>Total Geral</b>		<b>475</b>	<b>88.840</b>	<b>5.758</b>	<b>643.486</b>	<b>2.712</b>	<b>343.287</b>	<b>3.707</b>	<b>567.193</b>	<b>12.652 1.642.807</b>

Fonte: Relatório Circunstaciado do BB

No período em análise, foram contratadas 12.652 operações com recursos do FCO, o que representa um decréscimo de 65,6% na quantidade de operações contratadas em relação ao mesmo período de 2015 (36.797).

Por sua vez, o montante contratado de R\$ 1.642,8 milhões, também apresentou um decréscimo da ordem de 37,5% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 2.627,1 milhões).

Conforme esclarecimentos do Banco do Brasil S.A. no Relatório Circunstaciado, “a redução observada nas contratações do FCO segue o movimento de queda na concessão de crédito observado em nível nacional, ocasionado pela redução da demanda devido a desaceleração da economia. Além disso, a alteração nas taxas de encargos financeiros por meio da Resolução CMN nº 4.452, de 17.12.2015, também pode ter contribuído para a retração das contratações no 1º semestre de 2016.”

### 3.3.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2016 (475 operações) apresentou uma redução de 87,9% em relação ao 1º semestre de 2015 (3.938 operações), e o montante contratado também sofreu um decréscimo de 77,4% em relação ao mesmo período de 2015, de R\$392,3 milhões para R\$ 88,8 milhões.

**Quadro 6a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil**

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>3.180</b>	<b>285.158</b>	<b>72</b>	<b>20.695</b>	<b>-97,7%</b>	<b>-92,7%</b>
Industrial	326	34.745	5	1.432	-98,5%	-95,9%
Infraestrutura	3	296	0	0	-100,0%	-100,0%
Turismo	282	24.215	1	189	-99,6%	-99,2%
Comércio e Serviços	2.569	225.901	66	19.074	-97,4%	-91,6%
<b>Rural</b>	<b>758</b>	<b>107.144</b>	<b>403</b>	<b>68.145</b>	<b>-46,8%</b>	<b>-36,4%</b>
Desenvolvimento Rural	-	-	218	60.386	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-
Convir	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	-	-	5	814	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	-	-	-	-
Ret. Matrizes	-	-	-	-	-	-
Proaqua	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	35	850	15	353	-57,1%	-58,5%
Pronaf Demais	217	7.296	165	6.592	-24,0%	-9,6%
Demais Rurais	506	98.998	223	61.200	-55,9%	-38,2%
<b>Total Geral</b>	<b>3.938</b>	<b>392.301</b>	<b>475</b>	<b>88.840</b>	<b>-87,9%</b>	<b>-77,4%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.3.2. Contratações no Estado de GO

O número de contratações realizadas no Estado de Goiás com recursos do FCO no 1º semestre de 2016 (5.758 operações) apresentou um decréscimo de 56,9% em relação ao 1º semestre de 2015 (13.347 operações) e o montante de recursos contratados (R\$ 643,5 milhões) obteve uma redução de 22,6% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 830,9 milhões).

De acordo com a Nota 4 do Quadro “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano e do Oeste Goiano, no mínimo, 15% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

Consoante informação prestada no Relatório circunstanciado do BB, no 1º semestre de 2016 foram aplicados nos municípios do Nordeste Goiano e Oeste Goiano 74,3% do montante previsto na Programação do FCO para 2016 (R\$ 252,1 milhões). Sendo contratadas 345 operações num total de R\$ 49,4 milhões nos municípios do Nordeste Goiano e 1.519 operações num total de R\$ 137,8 milhões nos municípios do Oeste Goiano.

**Quadro 6b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de GO - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil**

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>2.998</b>	<b>365.167</b>	<b>97</b>	<b>37.141</b>	<b>-96,8%</b>	<b>-89,8%</b>
Industrial	786	133.598	17	10.032	-97,8%	-92,5%
Infraestrutura	22	30.793	6	1.647	-72,7%	-94,7%
Turismo	159	13.780	5	5.043	-96,9%	-63,4%
Comércio e Serviços	2.031	186.997	69	20.419	-96,6%	-89,1%
<b>Rural</b>	<b>10.349</b>	<b>465.687</b>	<b>5.661</b>	<b>606.346</b>	<b>-45,3%</b>	<b>30,2%</b>
Desenvolvimento Rural	-	-	2.800	455.633	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	2	1.567	100,0%	100,0%
Convir	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	-	-	5	666	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	-	-	-	-
Ret. Matrizes	-	-	-	-	-	-
Proaqua	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	135	2.613	116	2.461	-14,1%	-5,8%
Pronaf Demais	8.897	276.239	2.738	146.018	-69,2%	-47,1%
Demais Rurais	1.317	186.835	-	-	-100,0%	-100,0%
<b>Total Geral</b>	<b>13.347</b>	<b>830.854</b>	<b>5.758</b>	<b>643.486</b>	<b>-56,9%</b>	<b>-22,6%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.3.3. Contratações no Estado de MS

No Estado de Mato Grosso do Sul, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no 1º

semestre de 2016 (2.712 operações) foi 60,7% menor em relação ao 1º semestre de 2015 (6.896 operações), sendo que o montante contratado também sofreu um decréscimo de 15,4% em relação ao mesmo período de 2015, de R\$ 405,9 milhões para R\$ 343,3 milhões.

**Quadro 6c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de MS - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil**

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação%	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>2.812</b>	<b>292.822</b>	<b>75</b>	<b>16.212</b>	<b>-97,3%</b>	<b>-94,5%</b>
Industrial	518	39.098	5	1.154	-99,0%	-97,0%
Infraestrutura	3	371	0	0	-100,0%	-100,0%
Turismo	236	17.453	3	518	-98,7%	-97,0%
Comércio e Serviços	2.055	235.900	67	14.540	-96,7%	-93,8%
<b>Rural</b>	<b>4.084</b>	<b>113.105</b>	<b>2.637</b>	<b>327.075</b>	<b>-35,4%</b>	<b>189,2%</b>
Desenvolvimento Rural	-	-	1.276	242.889	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	3	222	100,0%	100,0%
Convir	-	-	3	3.392	100,0%	100,0%
ABC-Conservação da Natureza	-	-	16	26.269	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	2	5.294	100,0%	100,0%
Ret. Matrizes	-	-	9	2.026	100,0%	100,0%
Proaqua	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	8	906	100,0%	100,0%
Pronaf-RA	746	13.474	150	2.895	-79,9%	-78,5%
Pronaf Demais	3.338	99.631	1.170	43.182	-64,9%	-56,7%
Demais Rurais	1.118	261.869			-100,0%	-100,0%
<b>Total Geral</b>	<b>6.896</b>	<b>405.927</b>	<b>2.712</b>	<b>343.287</b>	<b>-60,7%</b>	<b>-15,4%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.3.4. Contratações no Estado de MT

O número de contratações realizadas no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2016 (3.707 operações) apresentou uma redução de 67,8% em relação ao 1º semestre de 2015 (11.498 operações), assim como o montante de recursos contratados (R\$ 567,2 milhões) que reduziu em 23,0% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 736,2).

**Quadro 6d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de MT - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil**

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
<b>Empresarial</b>	<b>2706</b>	<b>229.204</b>	<b>116</b>	<b>42.022</b>	<b>-95,7%</b>	<b>-81,7%</b>
Industrial	763	72.472	10	2.709	-98,7%	-96,3%
Infraestrutura	7	673	2	19.836	-71,4%	2847,4%
Turismo	235	17.885	11	1.593	-95,3%	-91,1%
Comércio e Serviços	1.701	138.174	93	17.883	-94,5%	-87,1%
<b>Rural</b>	<b>8792</b>	<b>506.950</b>	<b>3.591</b>	<b>525.172</b>	<b>-59,2%</b>	<b>3,6%</b>
Desenvolvimento Rural	-	-	885	319.808	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	3	1.902	100,0%	100,0%
Convir	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	-	-	6	2.484	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	-	-	-	-
Ret. Matrizes	-	-	34	9.022	100,0%	100,0%
Proaqua	-	-	1	500	100,0%	100,0%
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	158	3.780	48	1.192	-69,6%	-68,5%
Pronaf Demais	7.968	342.758	2.614	190.264	-67,2%	-44,5%
Demais Rurais	666	160.412			-100,0%	-100,0%
<b>Total Geral</b>	<b>11.498</b>	<b>736.154</b>	<b>3.707</b>	<b>567.193</b>	<b>-67,8%</b>	<b>-23,0%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.4. Contratações por Setor Assistido

Na avaliação das contrações por setor assistido, destacam-se as operações do setor rural que foi responsável pela contratação de 12.292 operações (97,2% das operações contratadas) e com montante de R\$ 1.526,7 milhões (92,9% do valor total financiado), o que corresponde a 59,5% da previsão para o setor no exercício de 2016 (R\$ 2.567,6).

As contratações do setor empresarial, por sua vez, também ficaram abaixo do percentual previsto na Programação do FCO para 2016. Foram financiadas 360 operações (2,8% das operações contratadas),

totalizando R\$ 116,1 milhões, o que corresponde a 3,6% do previsto para esse setor no exercício de 2016 (R\$ 3.228,3 milhões).

O quadro a seguir apresenta os valores contratados nos setores empresarial e rural no 1º semestre de 2016:

**Quadro 7: Contratações por Setor e UF**

UF Setor	DF	GO	MS	MT	Total (R\$ mil)
Empresarial	20.695	37.141	16.212	42.022	116.069
% realizado	23,3%	5,8%	4,7%	7,4%	7,1%
Rural	68.145	606.346	327.075	525.172	1.526.738
% realizado	76,7%	94,2%	95,3%	92,6%	92,9%
<b>Total</b>	<b>88.840</b>	<b>643.486</b>	<b>343.287</b>	<b>567.193</b>	<b>1.642.807</b>
<b>%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais de Junho de 2016

### 3.5. Contratações por Porte de Mutuário

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/Sudeco. Para o exercício de 2016, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

**Quadro 8: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2016**

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual / Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	Até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial Rural	Até R\$ 360 mil
Pequeno	Empresarial Rural	Acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
Pequeno-Médio	Empresarial Rural	Acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
Médio	Empresarial Rural	Acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
Grande	Empresarial Rural	Acima de R\$ 90 milhões

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2016.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2016 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte e com os de maior porte, percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e de pequenas e microempresas.

Quadro 9: Contratações por Porte e UF

Porte	DF	GO	MS	MT	Total	(R\$ mil) (%)
Grande	11.063	18.396	52.237	42.036	123.732	7,50%
Médio	21.892	95.304	85.039	127.957	330.192	20,10%
<b>Subtotal</b>	<b>32.955</b>	<b>113.699</b>	<b>137.276</b>	<b>169.994</b>	<b>453.924</b>	<b>27,60%</b>
Pequeno-médio	17.929	80.382	32.091	45.948	176.350	10,70%
Pequeno	33.129	350.687	132.384	326.280	842.481	51,30%
Mini/Micro	4.824	98.714	41.530	24.948	170.017	10,30%
EI	4	4	5	23	35	0,00%
<b>Subtotal</b>	<b>55.885</b>	<b>529.787</b>	<b>206.011</b>	<b>397.200</b>	<b>1.188.883</b>	<b>72,40%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>88.840</b>	<b>643.486</b>	<b>343.287</b>	<b>567.193</b>	<b>1.642.807</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.5.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

As contratações com tomadores de menor porte atingiram o montante de R\$ 1.188,9 milhões, o que representa 72,4% do total contratado na Região.

Constata-se que em todas as UFs as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte (62,9% no DF, 82,3% em GO, 60,0% em MS, e 70,0% em MT), o que contribuiu para a superação da meta de 51,0% dos recursos previstos na Programação do FCO para 2016.

### 3.5.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2016, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 453,9 milhões, o que representa 27,6% do total contratado na Região (R\$ 1.642,8 milhões).

Desses R\$ 453,9 milhões, R\$ 123,7 milhões (27,3%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 330,2 milhões (72,7%) a médios tomadores.

## 3.6. Pronaf Operacionalizado

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa do Governo Federal criado em 1995, que financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Consoante o Manual de Crédito Rural (MCR 10) do Banco Central do Brasil (Bacen), o Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

A Programação do FCO para 2016 define que o Pronaf é operacionalizado de acordo com as normas disciplinadas no MCR 10, estabelecidas por Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e demais normativos do Bacen, estando dividido em Pronaf Demais (linhas não destinadas a reforma agrária) e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil (linhas destinadas a reforma agrária). Conforme o Quadro a seguir por UF:

Quadro 10: Contratações do Pronaf por UF

Programa	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Pronaf Demais	165	6.592	2.738	146.018	1.170	43.182	2.614	190.264	6.687	386.055
Pronaf RA	15	353	116	2.461	150	2.895	48	1.192	329	6.901
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>6.945</b>	<b>2.854</b>	<b>148.479</b>	<b>1.320</b>	<b>46.077</b>	<b>2.662</b>	<b>191.455</b>	<b>7.016</b>	<b>392.956</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 6.687 operações do Pronaf Demais, o que corresponde a 52,9% das 12.652 operações contratadas no período, num total de R\$ 386,0 milhões, o que corresponde a 23,5%

do volume financiado no período (R\$ 1.642,8 milhões).

No Pronaf RA, o FCO financiou 329 operações, o que corresponde a 2,6% do total de operações contratadas no período (12.652), num total de R\$ 6,9 milhões, ou seja, 0,4% do volume financiado no período.

### 3.7. Contratações por Faixa de Valores

No setor empresarial, o maior volume de contratações, em número de operações, está na faixa acima de R\$ 35 mil até R\$100 mil, com 111 operações contratadas, num montante de R\$ 7,7 milhões, o equivalente a 30,8% do total de operações contratadas (360) no setor. Entretanto, considerando o volume total contratado, a faixa de valores acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil, apresentou o maior montante, com R\$ 35,0 milhões (30,1% do total contratado).

Quadro 11: Contratações nas Linhas Empresariais por Faixas e Valores

(R\$ mil)

Linhas Empresariais Faixa Valores	Industrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	3	16	-	-	-	-	7	53	10	69
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	3	93	-	-	2	47	40	935	45	1.075
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	5	351	-	-	8	573	98	6.832	111	7.756
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	7	962	2	332	5	783	79	11.437	93	13.514
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	12	4.135	5	1.605	3	790	40	12.967	60	19.498
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	4	2.893	-	-	1	600	22	16.139	27	19.633
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	3	6.877	-	-	1	4.550	9	23.551	13	34.979
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	1	19.546	-	-	-	-	1	19.546
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>15.327</b>	<b>8</b>	<b>21.483</b>	<b>20</b>	<b>7.343</b>	<b>295</b>	<b>71.916</b>	<b>360</b>	<b>116.069</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

No setor rural, a maior demanda por financiamentos tanto em termos de operações contratadas quanto em volume total contratado contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 6.646 operações (54,1% do total de operações contratadas no setor) no montante de R\$ 523,8 milhões (34,3% do total contratado).

Quadro 12: Contratações nas Linhas Rurais por Faixas e Valores

(R\$ mil)

Linhas Empresariais Faixa Valores	Pronaf Demais		Pronaf RA		Demais Rurais		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	1	1	-	-	-	-	-	1
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	417	2.878	82	545	7	55	506	3.477
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	2.078	52.576	247	6.356	184	4.828	2.509	63.760
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	3.734	267.403	-	-	2.912	256.431	6.646	523.834
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	457	63.198	-	-	1.259	200.975	1.716	264.173
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	-	-	-	-	534	182.458	534	182.458
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	-	-	-	-	268	192.756	268	192.756
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	109	252.855	109	252.855
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	3	43.424	3	43.424
<b>Total</b>	<b>6.687</b>	<b>386.055</b>	<b>329</b>	<b>6.901</b>	<b>5.276</b>	<b>1.133.782</b>	<b>12.292</b>	<b>1.526.738</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

### 3.8. Ticket Médio das Contratações

Em comparação ao 1º semestre de 2015, em 2016, o ticket médio das operações apresentou um aumento da ordem de 81,9%, saindo de R\$ 71,4 mil para R\$ 129,8 mil.

Abaixo os quadros do ticket médio das operações por programa e por UF:

Quadro 13: Ticket médio das operações por Programa

Setor/Linha	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2016			Variação (%)
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	
Empresarial	11.696	1.172.351	100,2	360	116.069	322,4	221,7
Industrial	2.393	279.913	117	37	15.327	414,3	254,1
Infraestrutura	35	32.133	918,1	8	21.483	2.685,40	192,5
Turismo	912	73.333	80,4	20	7.343	367,1	356,6
Comércio e Serviços	8.356	786.972	94,2	295	71.916	243,8	158,8
Rural	25.101	1.454.754	58	12.292	1.526.738	124,2	114,3
Pronaf Demais	20.420	725.923	35,5	6.687	386.055	57,7	62,4
Pronaf-RA	1.074	20.718	19,3	329	6.901	21	8,7
Demais Rurais	3.607	708.113	196,3	5.276	1.133.782	214,9	9,5
<b>Total</b>	<b>36.797</b>	<b>2.627.105</b>	<b>71,4</b>	<b>12.652</b>	<b>1.642.807</b>	<b>129,8</b>	<b>81,9</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Quadro 14: Ticket médio das operações por UF

Setor/Linha	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2016			Variação (%)
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	
DF	3.938	392.301	99,6	475	88.840	187	87,7
GO	13.347	830.854	62,3	5.758	643.486	111,8	79,5
MS	8.014	667.797	83,3	2.712	343.287	126,6	51,9
MT	11.498	736.153	64	3.707	567.193	153	139
<b>Total</b>	<b>36.797</b>	<b>2.627.105</b>	<b>71,4</b>	<b>12.652</b>	<b>1.642.807</b>	<b>129,8</b>	<b>81,9</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Na comparação entre o 1º semestre de 2016 e o 1º semestre de 2015 observa-se aumento no valor do ticket médio das operações contratadas em todos os setores e em todas as UFs.

### 3.9. Aplicações realizadas por outras Instituições Financeiras

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a saber:

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

A estimativa de repasse de recursos a essas instituições é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitado o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador para cada uma delas, o que corresponde, em 2016, a R\$ 405,7 milhões.

Quadro 15: Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

Instituição	Bancoob		BRB	BRDE	GO Fomento	MT Fomento	Sicredi	Total
Setor/Linha	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	2	649	7	4.194	2	5.934	12	4.507
Industrial	-	-	-	-	1	40	-	-
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	5	452
Comércio e Serviços	2	649	7	4.194	21	4.467	2	654
Rural	35	7.544	-	-	21	15.989	7	1.855
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>8.193</b>	<b>7</b>	<b>4.194</b>	<b>23</b>	<b>21.923</b>	<b>19</b>	<b>6.362</b>
Porte	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pequeno-Médio	3	2.686	-	-	-	-	12	4.738
Pequeno	25	4.341	7	4.194	4	476	19	6.362
Mini-Micro	9	1.166	-	-	19	21.447	-	-
EI	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>8.193</b>	<b>7</b>	<b>4.194</b>	<b>23</b>	<b>21.923</b>	<b>19</b>	<b>6.362</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

No 1º semestre de 2016, as Instituições Operadoras do Repasse contrataram 225 operações (1,8% das operações contratadas) e financiaram R\$ 66,3 milhões (4,0% do valor financiado), o que equivale a 16,4% do montante previsto para aplicação no exercício de 2016 nessa modalidade (R\$ 405,7 milhões).

Em comparação ao 1º semestre de 2015, a quantidade de operações contratadas caiu de 238 operações para 225, uma redução de 5,5%, entretanto, o volume contratado cresceu, saindo de R\$ 50,6 milhões para R\$ 66,3 milhões, o que corresponde a um incremento de 31,03%.

O Quadro abaixo apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse de acordo com a tipologia definida na PNDR:

Quadro 16: Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

Tipologia	BRB		BRDE		Goiás Fomento		MT Fomento		Sicredi		Bancoob		Total	
	Qtdc	Valor	Qtdc	Valor	Qtdc	Valor	Qtdc	Valor	Qtdc	Valor	Qtdc	Valor	Qtdc	Valor
Alta Renda	22	3.817	7	4.194	3	6.504	14	5.575	6	809	52	10.595	104	31.494
Dinâmica	3	2.144	-	-	11	5.167	-	-	-	-	46	6.943	60	14.254
Estagnada	12	2.232	-	-	9	10.251	5	787	1	297	34	7.020	61	20.587
Total	37	8.193	7	4.194	23	21.923	19	6.362	7	1.105	132	24.558	225	66.335

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Nos números apresentados no quadro acima, constata-se que os municípios classificados como de Alta Renda absorveram 46,2% das operações contratadas (104 operações) e 47,5% dos recursos utilizados (R\$ 31,5 milhões). Já os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 53,8% das operações contratadas no período (121 operações) e 52,5% dos recursos utilizados (R\$ 34,8 milhões).

### 3.10. Beneficiários de Primeira Contratação

No 1º semestre de 2016 foram formalizadas 3.932 operações com novos beneficiários no montante de R\$ 402,4 milhões. Esses números representam 31,1% do total de contratos formalizados (12.652) e 24,5% do total de recursos aplicados (R\$ 1.642,8 milhões), superando a meta de 20,0% para operações com novos beneficiários:

Quadro 17: Contratações com novos beneficiários por Setor/Linha

UF Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor
Empresarial	37	11.654	31	18.134	25	5.169	34	25.213	127	60.170
Industrial	3	1.030	7	6.953	1	500	3	236	14	8.718
Infraestrutura	-	-	3	783	-	-	2	19.836	5	20.619
Turismo	1	189	2	84	1	122	1	600	5	994
Com e Serviços	33	10.435	19	10.315	23	4.547	28	4.541	103	29.838
Rural	156	9.813	1.595	131.013	688	60.592	1.366	140.784	3.805	342.202
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Os empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores contrataram R\$ 314,3 milhões em 3.756 operações, correspondentes a 78,1% dos recursos aplicados (R\$ 402,4 milhões) e a 95,5% das operações formalizadas (3.932) com novos beneficiários. Os médios e grandes tomadores foram beneficiados com R\$ 88,0 milhões em 176 operações, correspondentes a 21,9% dos recursos aplicados e 4,5% das operações formalizadas com novos beneficiários.

Quadro 18: Contratações com novos beneficiários por Porte

UF Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor	Qtdc.	Valor
Grande	1	204	13	2.468	9	17.248	12	24.998	35	44.918
Médio	8	4.898	67	15.726	36	9.836	30	12.668	141	43.128
Peq-medio	6	1.872	29	21.760	8	1.167	9	4.189	52	28.989
Pequeno	160	13.415	1.316	86.105	608	33.103	1.295	116.475	3.379	249.098
Mini/Micro	17	1.074	200	23.084	52	4.407	52	7.644	321	36.208
EI	1	4	1	4	-	-	2	23	4	30
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Considerando a tipologia, os municípios de rendas dinâmica e estagnada concentraram 75,7% das operações contratadas com novos beneficiários (2.975) e 70,7% dos recursos utilizados (R\$ 284,7 milhões), atendendo, assim, à prioridade de apoiar projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos espaços considerados prioritários segundo a Política Nacional de

## Desenvolvimento Regional (PNDR).

**Quadro 19 – Contratações com novos beneficiários por Porte**

UF Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total		(R\$ mil)
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Alta Renda	35	9.187	642	75.689	176	11.902	104	20.922	957	117.700	
Dinâmica	-	-	456	34.938	209	17.729	669	71.186	1.334	123.853	
Estagnada	158	12.280	528	38.520	328	36.130	627	73.889	1.641	160.818	
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>21.467</b>	<b>1.626</b>	<b>149.147</b>	<b>713</b>	<b>65.761</b>	<b>1.400</b>	<b>165.997</b>	<b>3.932</b>	<b>402.371</b>	

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

## 4. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

### 4.1. Indicadores de Desempenho

Na avaliação dos resultados do Fundo são utilizados os indicadores quantitativos e metas de gestão de desempenho do FCO aprovados pelo Condel/Sudeco por meio da Resolução n.º 043, de 29.12.2015:

#### a.1.) Índice de Contratações por Porte – ICMP:

<b>ICMP =</b>	<b>VCMP</b>	Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício
	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício

#### a.2.) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício – ICNB:

<b>ICNB =</b>	<b>QONB</b>	Quantidade de Operações Contratadas com Novos Beneficiários
	<b>QOT</b>	Quantidade de Operações Contratadas Total

#### a.3.) Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios – ICTM

<b>ICTM =</b>	<b>VCTM</b>	Valor Contratado nos Municípios Integrantes das microrregiões classificadas na Tipologia da PNDR como de Renda Estagnada e Dinâmica
	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício

#### a.4.) Índice de Desconcentração do Crédito – IDC

<b>IDC =</b>	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício
	<b>QOC</b>	Quantidade Operações contratadas no Exercício

**a.5.) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício – ICCE**

<b>ICCE =</b>	<b>MOC</b>	Quantidade de Municípios com Operações Contratadas
	<b>MR</b>	Quantidade de Municípios na Região Centro-Oeste

**a.6.) Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira – ICFF**

<b>ICFF =</b>	<b>VCFF</b>	Valor Contratado nos Municípios Integrantes da Faixa de Fronteira
	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício

**Indicadores Quantitativos de Avaliação da Gestão do Administrador do Fundo:**

**b.1.) Índice de Aplicação – IA:**

<b>IA =</b>	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no Exercício
	<b>VDE</b>	Valor Distribuído no Exercício

**b.2.) Índice de Inadimplência – II:**

<b>II =</b>	<b>SPV</b>	Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% IF)
	<b>SDT</b>	Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100% IF)

**b.3.) Índice de Contratações por UF – ICUF:**

<b>ICUF =</b>	<b>VCUF</b>	Valor Contratado nas Unidades Federativas
	<b>VCT</b>	Valor Contratado Total no exercício

**b.4.) Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços – ICCS:**

<b>ICCS =</b>	<b>VCCS</b>	Valor Contratado no Setor de Comércio e Serviços no Exercício
	<b>VCT</b>	Valor Total Previsto para Aplicação no exercício

## 4.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

**Quadro 20: Indicadores e Metas - Resultados Alcançados no 1º Semestre de 2016**

Alinea	Indicador	Meta	Resultado
<b>Indicadores Quantitativos de Avaliação da Política Pública de Desenvolvimento Regional</b>			
a.1.	Índice de Contratações com Menor Porte	51,0%	72,4%
a.2.	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual	20,0%	31,1%
a.3.	Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios	57,0%	67,1%
a.4.	Índice de Desconcentração do Crédito (em R\$ 1,00)	R\$ 130.000	R\$ 129.846
a.5.	Índice de Cobertura das Contratações no Exercício	100,0%	94,2%
a.6.	Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira	17,5%	20,5%
<b>Indicadores Quantitativos de Avaliação da Gestão do Administrador do Fundo</b>			
b.1.	Índice de Aplicação	90,0%	40,8%
b.2.	Índice de Inadimplência (até)	1,0%	0,5%
b.3.	Índice de Contratações por UF	DF	19,0% 5,4%
		GO	29,0% 39,2%
		MT	29,0% 34,5%
		MS	23,0% 20,9%
b.4.	Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços	30,0%	1,4%

Fonte: Caderno de Informações Gerencias

## 5. GESTÃO DO FUNDO

### 5.1. Formação de Alianças Institucionais

Considerando seu importante papel no fomento ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, a Sudeco, individualmente ou em parceria, fortaleceu, no 1º semestre de 2016, por meio de diversas ações, a formação de alianças Institucionais, trazendo para discussão os mais variados parceiros, como governos estaduais e do DF, instituições operadoras, Sebrae etc. As principais ações foram:

- 16.02.2016: Programação do FCO – Financiamento de Matrizes Bovinas – Brasília-DF;
- 24.02.2016: Fundos de Desenvolvimento Regional (BB, MI, Sudam, Sudene e Sudeco) - Brasília-DF;
- 08.03.2016: Setor Portuário: Desafios e Oportunidades – Cuiabá-MT;
- 09.03.2016: Abertura da Dinâmica Agropecuária – Campo Grande-MS;
- 18.03.2016: Expotec Embrapa – Santo Antônio de Goiás-GO;
- 31.03.2016: Seminário Agronegócios e Energias Renováveis – Goiânia-GO;
- 07.04.2016: Seminário Rotas da Integração – Goiânia-GO;
- 08.04.2016: Competitividade para os pequenos negócios do segmento do turismo no Centro-Oeste – Bonito-MS;
- 19.04.2016: Fórum Brasil Central – Cuiabá-MT;
- 12.05.2016: AgroBrasília – Brasília-DF;
- 17.05.2016: Inauguração do Observatório de Turismo – Brasília-DF;
- 09.06.2016: Exponop – Sinop-MT;
- 21.06.2016: Comissão de Desenvolvimento Econômico Vale do Rio de Cuiabá – Cuiabá-MT.

## 5.2. Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atenta à necessidade de cumprimento da Programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, em articulação com o Banco do Brasil, os governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, realizaram algumas ações no 1º semestre de 2016, com destaque:

- Apresentação das condições de financiamento do FCO e FDCO
- 25.04.2016: Cuiabá-MT
- 26.04.2016: Campo Grande-MS
- 28.04.2016: Goiânia-GO

## 5.3 Auditoria Externa

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deve ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditagem.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2016 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 28.09.2016, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo com base na regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Salienta que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3 às referidas demonstrações contábeis.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

## 6. PNDR

### 6.1. Impactos para o Desenvolvimento Regional

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015, alterada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 45, de 26.04.2016, publicada no DOU de 02.05.2016, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2016, de acordo com as informações contidas no Relatório Circunstaciado do Banco Administrador, apresentadas a seguir:

**a) projetos de apoio a mini, pequeno e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio aos empreendedores individuais e à agricultura familiar:**

No 1º semestre de 2016, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.188,9 milhões, o que representa 72,4% do montante contratado (R\$ 1.642,8 milhões), ultrapassando, assim, a meta prevista de 51% para aplicação junto ao tomador de menor porte.

Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, foram contratadas 6.687 operações do Pronaf Demais, o que corresponde a 52,9% das 12.652 operações contratadas no período, num total de R\$ 386,0 milhões, o que corresponde a 23,5% do volume financiado no período (R\$ 1.642,8 milhões).

No Pronaf RA o FCO financiou 329 operações, o que corresponde a 2,6% do total de operações contratadas no período (12.652), num total de R\$ 6,9 milhões, ou seja, 0,4% do volume financiado no período.

**b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, no

1º semestre de 2016 estima-se em 208,3 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (78,5 mil diretos e 129,8 mil indiretos).

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2016, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6.269,8 mil.

Consoante as informações apresentadas no Relatório Circunstaciado do BB, a seguir exemplos de projetos que atendem a prioridade:

Agência: 0377

Nº Operação: 4007726

Valor da Operação: R\$ 1.397.450,00

Finalidade: Aquisição colheitadeira, plataforma de corte, pulverizador e distribuidor de adubo

Município: Formosa - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização para buscar alta produtividade, com maior geração de receita para a região

Empregos gerados ou mantidos: 42 empregos

Agência: 0269

Nº Operação: 4003196

Valor da Operação R\$163.419,30

Finalidade: Construção de residência/moradia rural para funcionários

Município: Brasilândia - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Moradia, bem estar e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 16 empregos

Agência: 7084

Nº Operação: 4001088

Valor da Operação: R\$ 963.913,92

Finalidade: Construção de estrutura de confinamento para engorda de bovinos

Município: Itaquirai - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação de empregos diretos (trabalhadores rurais para o empreendimento) e empregos temporários (para construção da estrutura), além de agregar tecnologia no manejo da bovinocultura.

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos

Agência: 1881

Nº Operação: 4005336

Valor da Operação R\$ 1.767.870,52

Finalidade: Eucalipto/Reflorestamento

Município: Ribas do Rio Pardo - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos diretos e 50 indiretos

Agência: 2340

Nº Operação: 4001546

Valor da Operação R\$ 599.900,00

Finalidade: Pastagem e outros melhoramentos

Município: Nioaque - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 2 indiretos

Agência: 1881

Nº Operação: 4005353

Valor da Operação R\$ 3.442.824,05

Finalidade: Pastagem

Município: Rio Brilhante - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 20 indiretos

Agência: 4896

Nº Operação: 4001214

Valor da Operação: R\$ 12.126.135,70

Finalidade: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Município: Santo Afonso - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Elevação da capacidade de apascentamento de gado nas regiões beneficiadas, melhora na qualidade de vida do trabalhador com a construção/reforma de 10 moradias, consolidação da cultura da soja na região, elevação da arrecadação com o aumento da receita/venda dos produtos (gado, soja e milho) e implantação, com êxito, de um novo modelo de gestão das propriedades agrícolas, não deixando ociosa a terra

Empregos gerados ou mantidos: 22 empregos diretos e 66 indiretos

**c) projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF):**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2016, R\$ 30,2 milhões de recursos contratados.

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ R\$ 5,3 milhões de recursos contratados.

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 34 operações no valor total de R\$ 35,5 milhões.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação de recursos do FCO no exercício, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 289,8 milhões).

Embora os resultados estejam aquém do esperado, o Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório Circunstanciado que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

**Quadro 21: Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente**

(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	5	814	-	-	5	814
GO	5	666	-	-	5	666
MS	16	26.269	2	5.294	18	31.564
MT	6	2.484	-	-	6	2.484
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>30.233</b>	<b>2</b>	<b>5.294</b>	<b>34</b>	<b>35.527</b>

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

**d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuem para a geração e difusão de**

**novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licença de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes):**

No Relatório Circunstanciado do Banco Administrador, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

A título de informação, a seguir, transcrição das operações apresentadas no Relatório Circunstanciado do Banco:

Agência: 0377

Nº Operação: 4007726

Valor da Operação: R\$ 1.397.450,00

Finalidade: Aquisição colheitadeira, plataforma de corte, pulverizador e distribuidor de adubo

Município: Formosa - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização para buscar alta produtividade, com maior geração de receita para a região

Empregos gerados ou mantidos: 42 empregos

Agência: 3426

Nº Operação: 4017857

Valor da Operação: R\$ 4.216.740,80

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Dourados - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e 16 indiretos

Agência: 1147

Nº Operação: 4007155

Valor da Operação: R\$ 3.980.000,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Dois Irmãos do Buriti - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 96 indiretos

Agência: 0302

Nº Operação: 4000914

Valor da Operação: R\$ 714.400,00

Finalidade: Aquisição de bovinos

Município: Itiquira - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização de técnicas de engorda e logística para abate e processamento, com incremento da rentabilidade

Empregos gerados ou mantidos: 7 empregos, diretos e indiretos

Agência: 4635

Nº Operação: 4000415

Valor da Operação: R\$ 900.000,00

Finalidade: Aquisição de bovinos – matrizes para a produção de carne

Município: Nova Xavantina - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: O empreendimento contribui para geração de emprego e renda, a dinamização dos mercados, a redução das desigualdades local e regional, difusão de novas tecnologias e o desenvolvimento no setor agropecuário

Empregos gerados ou mantidos: 03 empregos

Agência: 4896

Nº Operação: 4001214

Valor da Operação: R\$ 12.126.135,70

Finalidade: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Município: Santo Afonso - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Elevação da capacidade de apascentamento de gado nas regiões beneficiadas, melhora na qualidade de vida do trabalhador com a construção/reforma de 10 moradias, consolidação da cultura da soja na região, elevação da arrecadação com o aumento da receita/venda dos produtos (gado, soja e milho) e implantação, com êxito, de um novo modelo de gestão das propriedades agrícolas, não deixando ociosa a terra

Empregos gerados ou mantidos: 22 empregos diretos e 66 indiretos

**e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em polos turísticos:**

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 20 operações no montante de R\$ 7,3 milhões, o que representa 2,1% dos recursos previstos (R\$ 355,5 milhões) no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

**Quadro 22: Projetos do setor de turismo**

Contratações	DF	GO	MS	MT	Total	(R\$ mil)
<b>Quantidade</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	
%	5,00%	25,00%	15,00%	55,00%	100,00%	
<b>Valor</b>	<b>188,7</b>	<b>5.042,80</b>	<b>518</b>	<b>1.593,30</b>	<b>7.342,90</b>	
%	2,60%	68,70%	7,10%	21,70%	100,00%	

Fonte: Caderno de Informações Gerencias

**f) projetos da indústria, prioritariamente:**

- as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e
- as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais

No Relatório Circunstaciado do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas que atendem a esta prioridade, conforme abaixo:

Agência: 4535

Nº das Operações: 4002457, 4002472, 4002473, 4002444, 4002448, 4002458, 4002487, 4002522, 4002523 e 4002555

Valor das Operações: R\$ 30.500.227,55

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Mineiros - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 52 empregos diretos e 52 indiretos

Agência: 0918

Nº das Operações: 4001735 e 4001736

Valor das Operações: R\$ 2.399.910,76

Finalidade: Custeio de lavoura de soja

Município: Catalão - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação de novos empregos no campo e na cidade e aumento de receita do produtor

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 8 indiretos

Agência: 1147

Nº das Operações: 4007147, 4007169, 4007258 e 4007262

Valor das Operações: R\$ 14.448.000,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Sidrolândia - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 192 indiretos

Agência: 3426

Nº das Operações: 4017890 e 4018053

Valor das Operações: R\$ 5.171.582,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Dourados - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 32 indiretos

Agência: 2936

Nº Operação: 4007808

Valor da Operação: R\$ 742.347,28

Finalidade: Construção de depósito e outros investimentos (Suinocultura)

Município: Bandeirantes - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, um forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor, aumento da tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 1 empregos diretos e 15 indiretos

Agência: 3929

Nº Operação: 4000543

Valor da Operação: R\$ 700.051,92

Finalidade: Construção de depósito e outros investimentos (Suinocultura)

Município: Bandeirantes - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, um forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor, aumento da tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 15 indiretos

Agência: 4635

Nº Operação: 4000415

Valor da Operação: R\$ 900.000,00

Finalidade: Aquisição de bovinos – matrizes para a produção de carne

Município: Nova Xavantina - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: O empreendimento contribui para geração de emprego e renda, ainda que indiretamente, dinamização dos mercados, redução das desigualdades local e regional, difusão de novas tecnologias e desenvolvimento no setor agropecuário

Empregos gerados ou mantidos: 03 empregos diretos

Agência: 4776

Nº Operação: 4000575

Valor da Operação: R\$ 600.000,00

Finalidade: Aquisição de matrizes bovinas

Município: Água Boa - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Melhoramento genético das matrizes na região

Empregos gerados ou mantidos: Manutenção dos empregos já existentes

**g) projetos dos setores comercial e de serviços:**

- as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a

consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais e industriais;

- a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
- a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
- a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e
- o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.

No 1º semestre de 2016, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 71,9 milhões, correspondentes a 4,3% dos recursos previstos para o exercício na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços o (R\$ 1.672,2 milhões).

**Quadro 23: Contratações na Linha Comercial e de Serviços**

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231
Contratado no 1º semestre de 2016 (b)	19.074	20.419	14.540	17.883	71.916
% de Atingimento (b/a)	3,40%	4,90%	5,50%	4,30%	4,30%

Fonte: Caderno de Informações Gerencias

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

**De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.**

No 1º semestre de 2016, a assistência aos setores de serviços de saúde ultrapassou a meta do mínimo de 20%, atingindo 21,7% dos recursos previstos (R\$ 334,4 milhões).

**Quadro 24: Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde**

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício (a)	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231
Límite para assist. serviços de saúde no exercício (b)	113.019	84.040	53.348	84.040	334.446
Contratado no 1º semestre de 2016 (c)	9.137	32.506	9.803	21.249	72.695
% de Atingimento (c/b)	8,10%	38,70%	18,40%	25,30%	21,70%

Fonte: Caderno de Informações Gerencias

**h) projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;**

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

**i) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura:**

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título

II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no exercício de 2015, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 115,9 milhões).

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 8 operações no valor de R\$ 3,7 milhões, que equivale a 3,2% das estimativas de aplicações dos recursos nesse segmento para o exercício de 2016.

Consoante informações prestadas no Relatório Circunstanciado, embora o resultado esteja aquém da previsão da Programação, o Banco do Brasil esclarece que tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

Na linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da aquicultura (Proaqua) foi contratada uma operação no valor de R\$ 500,0 mil. Já na linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da pesca não houve contratações no período.

**j) projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda:**

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

**k) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):**

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Quadro 25: Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Espaços Prioritários	Qtde	Valor Contratado	Valor Previsto para 2016	% de Atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	2.322	336,3	1.124,4	29,9
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	1.877	212	492,6	43
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	9.427	1.102,50	3.303,60	33,4
Municípios Goianos integrantes da Ride	393	68,3	168,1	40,6

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

**l) projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, publicada no DOU de 25.04.2016, Seção 1, p. 27.:**

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

## 7. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco, aí incluídos as demonstrações contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- A. o orçamento realizado atingiu R\$ 3.717,6 milhões, o que corresponde a 64,1% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.795,8 milhões);
- B. as contratações realizadas (R\$ 1.642,8 milhões) corresponde 28,3% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.795,8 milhões);
- C. das contratações realizadas (R\$ 1.642,8 milhões), R\$ 88,8 milhões (5,4%) beneficiaram o DF; R\$ 643,5 milhões (39,2%) o Estado de GO; R\$ 343,3 milhões (20,9%) o Estado de MS; e R\$ 567,2 milhões (34,5%) o Estado de MT;
- D. as contratações com o segmento de menor porte (R\$ 1.188,9 milhões) representaram 72,4% do total contratado na Região, superando a meta de 51,0% estabelecida pelo Condel;
- E. dos recursos contratados no período, R\$ 116,1 milhões (7,1%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.526,7 milhões (92,9%) o setor rural;
- F. as contratações do Pronaf, exceto Pronaf – Reforma Agrária, atingiram o montante de R\$ 386,1 milhões em 6.687 operações;
- G. o Pronaf – Reforma Agrária teve 329 operações no montante de R\$ 6,9 milhões;
- H. dos R\$ 1.642,8 milhões, foram financiados R\$ 540,3 milhões (32,9%) nos municípios de Alta Renda, representando 3.225 operações (25,5%); R\$455,3 milhões (27,7%) nos municípios de economia dinâmica, representando 4.122 operações (32,6%); e R\$647,2 milhões (39,4%) nos municípios de economia estagnada, representando 5.305 operações (41,9%);
- I. o DF e o Estado de Mato Grosso do Sul concentraram as aplicações em municípios de economia estagnada (82,7% e 54,4%, respectivamente), o Estado de Goiás concentrou em alta renda (39,9%) e o Estado de Mato Grosso concentrou em dinâmica (53,6%);
- J. na RIDE, foram formalizadas 475 operações no montante de R\$ 88,8 milhões. Desse montante 82 operações no valor de R\$ 20,6 milhões beneficiaram o DF e 393 operações no valor de R\$ 68,3 milhões beneficiaram o Entorno;
- K. do total de 12.652 operações contratadas no 1º semestre, 3.932 (31,1%) foram formalizadas com novos beneficiários, absorvendo R\$ 402,4 milhões (24,5% dos recursos aplicados);
- L. do total de 12.652 operações contratadas no valor de R\$ 1.642,8 milhões, 12.427 operações, no valor de R\$ 1.576,5 milhões (96,0%), foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 225, no valor de R\$ 66,3 milhões (4,0%), pelas instituições operadoras do repasse;
- M. 441 dos 467 municípios da Região contaram com operações de FCO (94,4% dos municípios);
- N. a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 28.09.2016, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam-se adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo

naquela data, de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas n.º 2 e 3; e

- O. estima-se em 208,3 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (78,5 mil diretos e 129,8 mil indiretos), no 1º semestre de 2016.

## 8. PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Consoante a Resolução Condel/Sudeco nº 50, de 06.07.2016, que aprovou o Relatório do Exercício de 2015, juntamente com o Parecer Conjunto nº 009/CGAC/DFRP/SRFI/MI, de 07.07.2016, foram feitas as seguintes recomendações ao Banco do Brasil e às demais instituições operadoras do Fundo:

1. ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os Administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, evidem esforços para:
  - estabelecer metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel (item 3.1 do Parecer Condel/Sudeco nº 7/2016); e
  - adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor (alíneas "c" e "h" do item 6.1 do Parecer Condel/Sudeco nº 7/2016 - projetos voltados para preservação e recuperação do meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada).

### 2. Parecer nº 009/CGAC/DFRP/SRFI/MI, de 07.07.2016:

Recomendação: ao Banco do Brasil S.A., para que:

- intensifique esforços para atingir o cumprimento da aplicação mínima de 15% por UF no Distrito Federal; e
- em articulação com os Governos dos Estados e com os demais Administradores do FCO, definidos pela Lei nº 7.827/89, intensifique esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", por meio da realização de reuniões itinerantes.

A Sudeco enviou ofício ao Banco do Brasil S.A. e às demais instituições operadoras do Fundo, cópia da Resolução Condel/Sudeco nº 050/2016, de 06.07.2016, e do Parecer nº 07/2016-CONDEL/SUDECO, de 08.06.2016, que tratam do relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO em 2015, solicitando encaminharem à Secretaria-Executiva do Condel plano de providências para tratamento das recomendações constantes da Resolução e do Parecer.

Para o atendimento dessas recomendações, o Banco e as instituições operadoras informaram as

providências adotadas, conforme abaixo:

**Banco do Brasil S.A. – Resposta por meio dos Ofícios DIGOV/GENEF/DINEF II - 2016/02149 e 2016/02150, de 15.08.2016:**

1. realizar, em conjunto com o MI, Sudeco e Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal por ocasião das reuniões para formulação de proposta para a Programação Anual do FCO para o ano de 2017, debates sobre os mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional, bem como análise acerca das causas da baixa aplicação dos recursos estimados para:
  - os municípios de economia estagnada e dinâmica;
  - o Distrito Federal e os municípios Goianos da Ride;
  - os projetos voltados para preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; e
  - os projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada.
2. a partir do diagnóstico, criar mecanismos, em conjunto com o MI, Sudeco, Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal e Instituições Financeiras Operadoras de Repasse, que viabilizem o incremento nas contratações de operações de crédito no âmbito dos Programas e Linhas do FCO, de forma a atingir os percentuais definidos pelo Condel/Sudeco, principalmente, com o fortalecimento de parcerias com Ministérios representados no Condel/Sudeco, Prefeituras Municipais, Sebrae, Embrapa, empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa, entidades de classe e representantes do Setor Produtivo.
3. dar continuidade às ações de divulgação dos objetivos e benefícios dos Programas e Linhas de Financiamento do FCO, tais como: Caravana do FCO, divulgação do FCO em reuniões e eventos internos e externos, utilização dos veículos de comunicação interna do BB com a rede de agências, participação em feiras, exposições e reuniões específicas com potenciais tomadores e suas entidades representativas.

**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) – Resposta por meio do Ofício AGCUR/GEPLA 2016/58, de 12.08.2015:**

O Banco possui um trabalho contínuo neste sentido, buscando atender as demandas em todas as áreas indicadas, com maior atenção para os municípios com tipologia “estagnada” ou “dinâmica”, seja via atendimento direto de clientes ou por indicação via convênios operacionais, como é o caso das operações de CONVIR realizadas para integração na cadeia de aves que o BRDE tem realizado com produtores integrados ao Grupo Pluma em MS. Tal esforço levou o BRDE a ser o repassador com a maior participação de operações em municípios de economia estagnada e dinâmica. O percentual de operações do BRDE nestas regiões chega a 92% das operações, o que pode ser verificado no quadro 19 do Parecer Condel/Sudeco Nº 07/2016 de 08.06.2016, apresentado a seguir. Destaca-se ainda que 55,6% das operações do BRDE foram em regiões estagnadas.

Instituição	Bancoob		BRB		GO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		(R\$ mil)	
	Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Total
Alta Renda	62	13.368	39	14.602	25	24.706	67	9.487	5	2.794	23	3.089	221	68.047
Dinâmica	7	3.987	-	-	-	-	85	12.007	23	19.786	1	250	116	36.030
Estagnada	9	2.113	5	483	2	1.700	51	7.346	35	20.005	3	609	105	32.257
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>19.469</b>	<b>44</b>	<b>15.085</b>	<b>27</b>	<b>26.406</b>	<b>203</b>	<b>28.840</b>	<b>63</b>	<b>42.586</b>	<b>27</b>	<b>3.948</b>	<b>442</b>	<b>136.334</b>

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

O BRDE realiza ações contínuas com a finalidade de ampliar no número de beneficiários atendidos pelo Banco, das quais se destacam as seguintes:

1. Buscar operações com Cooperativas de produção com a finalidade de pulverizar o crédito e ampliar o número de beneficiários: apesar de resultar em uma única operação de valor significativo, deve-se destacar que o benefício é aplicado a dezenas de produtores rurais cooperados, o que indiretamente resulta em pulverização do crédito e também dos benefícios oriundos do investimento realizado com o financiamento;
2. Ampliar a aplicação através de Convênios Operacionais com integradores: O BRDE opera convênios operacionais com cooperativas e empresas em MS visando a pulverização do crédito. Os convênios de maior representatividade em 2015 foram com o Grupo Pluma para fomentar o financiamento aos avicultores do Estado e com a Cooperativa Coamo para atendimentos aos cooperados do Mato Grosso do Sul, o que resulta não somente na pulverização como no atendimento de operações em regiões de economia estagnada;
3. Alteração na política de crédito do BRDE nas operações realizadas no MS: Em agosto de 2015 a Diretoria do BRDE realizou pequenos ajustes em suas políticas de crédito, o que resultou em aumento das possibilidades de aplicação de recursos do FCO, permitindo que um número maior de beneficiários se enquadrem na política de crédito do Banco. Destaca-se que o banco, por ser de Desenvolvimento, não pode operar amplamente em MS, pois sua atuação é limitada por normas do Banco Central, que permite aos bancos de desenvolvimento operarem em Estados limítrofes desde que as operações gerem também benefício a sua região de origem (no caso, a Região Sul). Assim sendo, as limitações quanto a operação em MS resultam não da vontade própria do banco, mas sim do cumprimento das exigências legais a que este se sujeita.

Prazo: ações contínuas.

#### **Banco de Brasília (BRB) – Resposta por meio do Ofício DIGOP/SUDES - 2016/003, de 16.08.2016:**

1. Divulgar as linhas de financiamento FCO nos municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica" através das agências que atendem a RIDE;

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

2. Aprimorar o conhecimento dos servidores das agências que atendem a RIDE, visando o incremento das contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica";

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

3. Aprimorar o conhecimento dos servidores que atuam com crédito rural, com o intuito de estabelecer um universo maior de clientes que acessem as linhas do Programa ABC e que contribuam para o

desenvolvimento da agricultura irrigada, cumprindo assim as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos do FCO;

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

4. Divulgar aos Assistentes técnicos que prestam serviço aos clientes do BRB as linhas do Programa ABC e as que corroboram para o desenvolvimento da agricultura irrigada, tornando-os assim aptos a difundir as linhas de crédito.

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

#### **Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) – Resposta por meio do Ofício CO010895-2016, de 11.08.2016:**

Desde o exercício de 2013 o Sicredi adotou a métrica de priorizar o atendimento das operações que beneficiam os municípios cujas tipologias sejam “estagnada” e “dinâmica”. Em 2015, dos R\$ 29 milhões contratados, 70% daquelas operações beneficiaram municípios enquadrados naquelas tipologias.

Para o exercício de 2016, visando cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel, no tocante às tipologias dos municípios, o Sicredi continuará evidenciando esforços na sua métrica de priorização para direcionamento das operações aos municípios estagnados e dinâmicos.

Podemos destacar que este compromisso já está intrínseco à operacionalização do FCO no Sicredi, tanto que, no primeiro semestre de 2016, já contabilizamos 60% dos valores liberados em municípios de tipologias “estagnada” e “dinâmica”.

Prazo: já implementadas.

Através da comunicação interna, CO010888-2016, de 11/08/2016, demos visibilidade às cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi e operadoras do FCO quanto a necessidade de adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a um universo maior de beneficiários, que fomentem:

- Projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; e
- Projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada.

Nesse sentido e considerando as necessidades e características das áreas de atuações do Sicredi no FCO, bem como os perfis de tomadores autorizados para operacionalizar, ao longo do exercício de 2016, comprometemo-nos a estudar ações que visem o atendimento das alíneas “c” e “h”, do item 6.1, constantes no Parecer Condel/Sudeco do exercício 2015, implementando-as quando possível e cabível.

Além disso, também incentivaremos as cooperativas operadoras do FCO o estabelecimento de parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica e órgãos de classe, para a sensibilização de produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis e ao desenvolvimento da agropecuária irrigada.

Prazo: estudos e ações serão iniciadas no segundo semestre de 2016.

#### **Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento) – Resposta por meio do Ofício 2014/2016, de**

**05.09.2016:**

Atualmente a Goiás Fomento aguarda decisão do Banco do Brasil quanto a um pedido de aumento de limite, dos atuais R\$ 50 milhões para R\$ 90 milhões, uma vez que, considerando o saldo da carteira de financiamentos com recursos do FCO e os valores contratados e ainda não totalmente liberados, esse limite está comprometido, não podendo a Agência, no atual momento, contratar novas operações.

Resolvida a questão do limite:

1. serão programadas palestras para empresários e produtores rurais em conjunto com entidades ligadas ao setor produtivo empresarial e ao agronegócio situadas em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, como os correspondentes de crédito da Goiás Fomento, associações comerciais, câmaras de dirigentes lojistas, sindicatos empresariais e rurais, empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa, SEBRAE/GO e entidades de classe em geral, visando divulgar os programas do FCO operacionalizados pela Goiás Fomento, a fim de dinamizar as contratações de empreendimentos nesses municípios;

Prazo: a partir da ampliação do limite da Goiás Fomento, será realizada pelo menos uma palestra por mês, durante 6 meses.

2. será verificada a compatibilidade destes com os programas que se pretende induzir (projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas e projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada, conforme alíneas “c” e “h” do Parecer-Conjunto n.º 07/2016-CONDEL/SUDECO, de 08/06/2016). Havendo compatibilidade, serão realizados esforços no sentido de fortalecer as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando divulgar aos produtores rurais a disponibilidade de linhas de financiamento do FCO para o desenvolvimento da implementação de empreendimentos sustentáveis e da agropecuária irrigada, a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

Prazos:

1. Verificação da compatibilidade entre o limite por tomador a ser definido e o investimento médio desses tipos de empreendimento: até 5 dias úteis após a concessão, pelo Banco do Brasil, de aumento ao limite da Goiás Fomento.
2. Realização de palestras e divulgação junto a entidades ligadas ao agronegócio: a partir da verificação da compatibilidade, devendo ser realizada pelo menos uma palestra por mês, durante pelo menos 3 meses.

**9. PARECER**

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2016, **com parecer** da Superintendência do Desenvolvimento do

Centro-Oeste (Sudeco) favorável à sua aprovação.

**CLEUBER MONTEIRO PAIXÃO**

Chefe de Divisão - CGF/DIPGF

**LUCIANA DE SOUSA BARROS**

Coordenadora - CGF/DIPGF

**AGRICIO FILHO DE CASTRO BRAGA**

Diretor-Substituto

Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos

**ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA**

Superintendente

Secretário-Executivo do CONDEL/SUDECO



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Sousa Barros, Coordenador(a)**, em 03/11/2016, às 11:51, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Agricio Filho de Castro Braga, Diretor(a) de Implementação de Programas e Gestão de Fundos Substituto(a)**, em 03/11/2016, às 11:55, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Cleuber Monteiro Paixão, Chefe de Divisão**, em 03/11/2016, às 14:25, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Nantes de Oliveira, Superintendente**, em 03/11/2016, às 15:59, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0013015** e o código CRC **7C2985B2**.